



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7301 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT17 - Filosofia da Educação

CONTEÚDOS FILOSÓFICOS NO ENSINO MÉDIO E A ACENTUAÇÃO DA TÉCNICA NA EDUCAÇÃO

Tânia Rodrigues Palhano - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

CONTEÚDOS FILOSÓFICOS NO ENSINO MÉDIO E A ACENTUAÇÃO DA TÉCNICA NA EDUCAÇÃO

RESUMO

O presente texto busca refletir o ensino da filosofia partindo das mudanças ocorridas nos últimos anos e tem por objetivo investigar os conteúdos filosóficos para o ensino médio diante da acentuação da técnica na educação. A pesquisa bibliográfica é amparada em documentos oficiais e apresenta um breve histórico do ensino da filosofia no Brasil com foco nos conteúdos filosóficos na legislação educacional a partir da década de 30, e a relação com a técnica voltada para o trabalho. Como resultados percebe-se os avanços e ausências da filosofia no currículo escolar e conteúdos ancorados no avanço das técnicas e a compreensão filosófica de uma concepção da técnica no viés da humanização.

Palavras-Chave: Ensino de Filosofia. Ensino Médio. Conteúdos Filosóficos. Acentuação da Técnica. Trabalho

1 INTRODUÇÃO

A disciplina Filosofia deixa de ser obrigatória a última vez na história da educação brasileira em 1961 com a Lei nº 4.024/61 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. E com

a Lei nº 5.692/71 sancionada durante o período do Regime militar foi excluída do currículo escolar oficial. Em 2008 em decorrência da Lei 11.684 de 2 de junho de 2008, que altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, inclui a disciplina a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias no currículo do Ensino Médio.

Dessa forma o propósito aqui é analisar como se deu o processo de ensino da Filosofia ao longo dos anos, bem como a sua organização na educação Brasileira, assim algumas abordagens devem ser apresentadas com o objetivo de guiar essas discussões, tais como: o histórico nos conteúdos filosóficos na legislação educacional a partir da década de 30, e a relação com a técnica voltada para o trabalho.

A pesquisa proposta tem por base elementos teóricos fundamentados no ensino de filosofia, neste caso, se trata de identificar sobre conteúdos específicos e entender qual o lugar da filosofia no ensino médio, ao tempo em que se manifesta a acentuação da técnica, por via de pressupostos pragmáticos na educação.

Na pesquisa propomos como objetivo geral: investigar os conteúdos filosóficos para o ensino médio diante da acentuação da técnica na educação. Desse modo, buscamos a compreensão do lugar da filosofia no ambiente escolar diante da acentuação da técnica na educação básica, entrelaçados pelos conteúdos filosóficos e o pensar pragmático.

No alcance do objeto de estudo elencamos os objetivos específicos, como passos – do objetivo geral: compreender o lugar do ensino de filosofia no nível médio entre ausência e presença no currículo escolar a partir da legislação educacional de 1932; investigar o ensino de filosofia e seus conteúdos diante da acentuação da técnica na educação básica; destacar aspectos da organização do trabalho e relação com a educação no estreitamento com o ensino de filosofia.

Na tentativa de chegarmos ao alcance e respostas para questões expostas, realizamos uma pesquisa de revisão bibliográfica, e também amparada em documentos oficiais. Assim, procuramos verificar o lugar da filosofia escolar em vários momentos expostos na legislação educacional, e mais posteriormente, conteúdos filosóficos elencados nos livros didáticos, postos na escola de ensino médio.

A justificativa para esta pesquisa surgiu a partir da necessidade em compreender sobre diferentes vértices como o ensino de filosofia em sua abordagem no ensino médio está organizado, tendo em vista a organização curricular dos conteúdos, e a retirada da disciplina como componente curricular obrigatório nesse nível de ensino. E a identificação de ausências e presenças na educação escolar na relação com a acentuação da técnica. Portanto o resultado desse estudo poderá contribuir para reflexões e discussões acerca da importância do ensino de filosofia.

A descrição inicial para a realização desta pesquisa foi a tarefa de esclarecer, sobre o ensino da filosofia e a acentuação da técnica na educação, especificamente no ensino médio, tendo isso em vista, construirmos o referencial teórico com base em vários teóricos e pesquisadores desta temática. Baseado no que propõe a Filosofia para o ensino médio, fundamentamos esse trabalho na compreensão de textos dos autores Gallo e Kohan (2000), Alves (2002), que aborda a história do ensino de filosofia; Silveira e Goto (2007), Horn (2000), que tratam de temas, problemas e propostas sobre o tema em questão; Saviani

(2013), trata sobre trabalho e educação; Oliveira (2014), que expõe sobre a questão da técnica em Jonas.

A seguir apresentaremos os itinerários metodológicos desta investigação. Realizada através de uma investigação que tem por base elementos teóricos, a pesquisa possui caráter bibliográfico, histórico e com base em documentos oficiais, tendo como esfera de pesquisa o campo educacional Brasileiro. A pesquisa bibliográfica baseia-se na consulta a referências em autores e documentos publicados a respeito do problema levantado e que gerou o interesse pela pesquisa. Segundo Cervo e Bervian (1983, p.55) a pesquisa bibliográfica “busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado, tema ou problema. ”. O pesquisador se serve das pesquisas já existentes para fundamentar seu trabalho, “utiliza-se de dados ou de categorias já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados”. (SEVERINO, 2007, p. 122).

Utilizamos na pesquisa de caráter bibliográfico, a observação e informações a respeito de nosso objeto de estudo, que em Minayo (2009) a observação é feita sobre tudo aquilo que pode ser visto a um observador atento, sendo importante no caminho da observação científica a aproximação do conhecimento em que serão construídos outros conhecimentos.

2 CONTEÚDOS NA DISCIPLINA FILOSOFIA

Com base no currículo da disciplina filosofia no Brasil procuramos relacionar ao longo do percurso as características dos conteúdos com a acentuação da técnica. A princípio o seu conteúdo era baseado no intuito de catequizar e doutrinar fiéis para a igreja católica, com isso a filosofia chega ao Brasil com os jesuítas, com o caráter messiânico, tinha como finalidade o fortalecimento da igreja católica e converter os povos indígenas ao cristianismo, acreditando na salvação da humanidade. Nessa época, o saber era convertido em conhecimentos livrescos e a Filosofia tinha um caráter teológico, cujo objetivo era formar homens letrados, eruditos e católicos. (GALLO e KOHAN: 2000, p. 20).

Alves (2002), divide em três momentos a história do ensino da filosofia no Brasil. Do período colonial até a República, a filosofia é “presença garantida” nos currículos; da Primeira República ao Golpe Civil Militar de 1964, ela é “presença indefinida”; por fim, o período ditatorial (pós-1964) é caracterizado por uma “ausência definida”.

A “presença garantida” inicia-se com os jesuítas e é marcada pela hegemonia da Companhia de Jesus, cuja pedagogia continuará forte até o advento das reformas pombalinas. Esse ensino, segundo Alves (2002, p. 12), era destinado somente a uma parcela muito pequena da população:

esses cursos eram destinados aos “homens bons” da Colônia, os proprietários, senhores de engenho etc., estando os índios, os negros e os brancos pobres excluídos desse processo. Quando muito tinham acesso aos cursos elementares e aos de humanidades, que eram organizados pelos jesuítas para os “externos”, isto é, “para crianças e jovens não pertencentes à Companhia de Jesus”.

Da Primeira República ao Golpe Civil Militar de 1964, o ensino da filosofia torna-se mais instável no Brasil. Em 1889, com a proclamação da República, que ocorreu devido à influência positivista, “agudas reformas” ocorreram no campo educacional. O objetivo dessas reformas era “formar uma nova ‘elite’ para um novo Estado”. (ALVES, 2002, p. 25). Temos o advento de uma “escola pública laica.

O apogeu do Ensino Médio se dá no período em que se consolidam duas reformas

educacionais que se segue após a Primeira República, a de Francisco Campos – 1932; e a de Gustavo Capanema – 1942. (HORN, 2000).

Na Reforma Campos, aponta Horn, (2000, p. 26), foi introduzida novas disciplinas no currículo do ciclo complementar, como, por exemplo, psicologia e lógica, sociologia e história da filosofia. Já na Reforma Capanema, “a filosofia ocupou maior espaço nos currículos dos cursos clássicos e científico”. Constituiu-se como disciplina obrigatória na 2ª e 3ª séries do curso clássico e na 3ª série do científico[1].

Outro aspecto acentuado, ainda em Horn (2000), diz respeito ao programa. Os cursos clássico e científico utilizavam a base de um mesmo programa que era subdividido em alguns capítulos: introdução, objeto e importância da filosofia; sua divisão; lógica, estética, psicologia, moral e sociologia, cosmologia. A lógica, a moral e a sociologia tinham espaço privilegiado nas aulas de filosofia do 3º ano do curso clássico.

Ambas as reformas tinham como horizonte a questão do “aumento da demanda por mão-de-obra qualificada para a indústria”. (ALVES, 2002, p. 32). A reforma Francisco Campos (1932) reestruturou o ensino secundário e, conseqüentemente, interferiu no lugar dado à Filosofia: Com a Reforma Gustavo Capanema (1942), o ensino continuava tendo, nas palavras de Alves (2002), um caráter enciclopédico e elitista, e seguiu estruturado em dois ciclos, sendo quatro anos de “ginásio” e três anos de “colégio”.

A reforma de Francisco Campos em 1932 introduziu novas disciplinas, entre elas História da Filosofia. Já na reforma Capanema em 1942, a Filosofia passa a ocupar maior espaço nos cursos clássicos e científicos, se constituindo como disciplina obrigatória na segunda e terceira séries do curso clássico e na terceira série do científico. Para Capanema a principal preocupação era a formação do pensar adolescente de forma sólida e na sua cultura em geral, com consciência patriótica e humanística. (GALLO e KOHAN: 2000, p. 26).

Com a Reforma Capanema a presença da filosofia se aproximou de uma realidade curricular como disciplina obrigatória nas segundas e terceiras séries dos cursos clássico e científico. Com a lei nº 4.024/61, esta realidade se distancia, na medida em que, segundo Horn (2000, p.27), “ficou sob a responsabilidade do Conselho Federal de Educação a indicação, para todos os sistemas do Ensino Médio, das disciplinas obrigatórias, e aos conselhos estaduais de educação a indicação das disciplinas complementares”, e no rol destas, inclui-se a filosofia.

Em 1961 com a Lei nº 4.024/61 a Filosofia deixa de ser obrigatória e em 1964 com o golpe militar, esse componente curricular, torna-se optativa. A partir de 1971 com o tecnicismo, verticalmente imposto pela lei 5.692/71, praticamente desaparece das escolas. E, aliado ao tecnicismo, as razões ideológicas impulsionaram um intervalo entre 1964/1985, período em que não se deu prioridade a uma educação para o pensamento.

A implementação do ensino de filosofia é fruto de uma luta que remonta ao período posterior à ditadura militar, pois a filosofia foi suprimida dos currículos escolares no ano de 1971, quando a lei nº 5.692/71 proibiu o seu ensino no país. Antes dessa interrupção, o ensino da filosofia era obrigatório desde 1942, no governo de Getúlio Vargas, e mesmo antes: outras interrupções ocorreram, mas esse ensino figura nos programas brasileiros “desde a criação da primeira escola de ensino secundário da companhia de Jesus em Salvador na Bahia em 1553”. (KOHAN, 2007, p. 78).

Em 1964 com o golpe militar, esse componente curricular, torna-se optativa. A partir de 1971 com o tecnicismo, verticalmente imposto pela lei 5.692/71, praticamente desaparece das escolas. E, aliado ao tecnicismo, as razões ideológicas impulsionaram um intervalo entre

1964/1985, período em não se deu prioridade a uma educação para o pensamento, não foi incentivada o pensamento lógico e racional, que facilitasse aos jovens decifrar o mundo em que viviam.

Entre discussões e avanços legais pela volta da filosofia no ensino médio, em 2 de junho de 2008 é sancionada a Lei 11.684/08 que trata de questões pertinentes a disciplinas nos currículos de ensino médio, e altera o art. 36 da Lei de Diretrizes da Educação (LDB) para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias neste nível de ensino.

3 A FILOSOFIA NO CURRÍCULO E A ACENTUAÇÃO DA TÉCNICA

O texto da Base Nacional comum Curricular referente à etapa do Ensino Médio foi homologado pelo MEC em 14 de dezembro de 2018, com um modelo diversificado e flexível, o currículo do ensino médio a ser composto pela Base Nacional Comum Curricular por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino (BNCC, 2018, p. 477), destaca-se o IV itinerário das ciências humanas e sociais aplicadas, e nesse lugar a filosofia não se consolida como disciplina obrigatória, mas em função da Lei nº 13.415/2017 por como conteúdos e práticas, com competências específicas da área.

Em Oliveira (2014), aproximamos a compreensão da relação da filosofia com a acentuação da técnica através da ética da responsabilidade. Para ele, a vida cresce em graus que vão do metabolismo à elaboração conceitual e metafísica, passando pela percepção, mobilidade, emoção, imaginação e pela atividade artística. Nesse cenário, a técnica aparece como o modo de abertura para a vida humana em direção ao mundo, que pode ter um caráter positivo ou negativo.

Ao desenvolver a compreensão sobre a teoria de Hans Jonas, Oliveira (2014, p. 92) expõe sobre “a responsabilidade como teoria tanto ética quanto política”, que parte da proposta expressa em Jonas de humanizar (ou re-humanizar) a tecnologia.

No cenário de industrialização, o taylorismo-fordismo e toyotismo, se fundam como modelos de organização industrial que ainda hoje movimentam o mercado e refletem em atividades do currículo escolar, que em termos de Saviani (2013) expõe-se a visão produtivista de educação.

Ao se associar ao trabalho, a técnica impele à educação o surgimento de novas formações, segundo Saviani pela necessidade de capacitação para aquisição de novas competências.

Trata-se, de capacitar para adquirir novas competências e novos saberes, pois as “novas relações entre conhecimento e trabalho exigem capacidades de iniciativa e inovação e, mais do que nunca, ‘aprender a aprender’” num contínuo “processo de educação permanente” (SAVIANI, 2013, p. 433).

Saviani se refere a adaptação à sociedade atual a qual exige novos tipos de raciocínio, o desenvolvimento da capacidade de comunicação e a recuperação de funções cognitivas deterioradas pelo trabalho de tipo puramente mecânico, para se atingir níveis flexíveis de

operação simbólica.

Para o autor (2013), o ensino da Filosofia é necessário ao trabalho, de forma estimulante a novas experiências e inovações cognitivas, tornando o trabalhador mais capacitado no seu intelecto. Logo é possível compreender os aspectos relacionados ao ensino da filosofia, já que ela se faz de fundamental importância no processo de desenvolvimento humano, intelectual e profissional.

Mas, no cenário da modernidade a técnica apresenta aspectos negativos. Na compreensão de Hans Jonas (In OLIVEIRA, 2014), a técnica moderna deixa de ser uma afirmação da vida para se tornar também um perigo, onde, diante da magnitude e da ambivalência do poder técnico moderno, aliados ao frenesi e à utopia do progresso, a técnica passa a representar a exploração utilitária.

4 CONCLUSÃO

Na busca do esclarecimento sobre o ensino da filosofia e a acentuação da técnica na educação, especificamente no ensino médio foi construído, a partir da revisão bibliográfica, um traço um traço histórico sobre conteúdos específicos de filosofia no ensino médio e entendemos entre avanços e recuos, o lugar da filosofia no ensino médio na relação coma a acentuação da técnica.

Entender que o ensino de filosofia e seus conteúdos no ensino médio, no campo educacional não se dissocia da esfera econômica e do trabalho, e ressalta aspectos pragmáticos de necessidades materiais, levando-se em consideração a acentuação da técnica.

E o processo de desenvolvimento industrial que começa no fim do século XVIII e início do século XIX, se desenvolve na busca de melhor controlar os gastos, a produtividade, o trabalhador e o retorno financeiro. E no século XX a produção industrial ancorada no taylorismo-fordismo e toyotismo, refletem em atividades de formação no currículo escolar.

Nesse entendimento, vale ressaltar Han Jonas ao expor sobre a responsabilidade como teoria ética e política, na intenção de humanização da tecnologia.

E nesse contexto o retorno da filosofia ao currículo do Ensino Médio, se insere a partir de 1996, como conhecimentos em formas de conteúdos transdisciplinar. Todavia, quando a filosofia se encontrava nessa fase de transição, não se dizia nada, nos programas, sobre a forma de integrá-la aos currículos (KOHAN, 2007), o que dificultava sua real reinserção no Ensino Médio.

Há registro nas Orientações Curriculares Nacionais (BRASIL 2006), um dos marcos legais sobre o ensino de filosofia, de que a filosofia além da função de promover a cidadania aos estudantes, leva a desafiar a racionalidade autorizada com relação as verdades sobre determinado conhecimento. As OCNS pregam ainda o diálogo não apenas entre currículos, mas entre disciplinas. As orientações dispõem sobre os conhecimentos da filosofia, a partir da sua identidade, seus objetivos no ensino médio, as competências e habilidades em filosofia.

5 REFERÊNCIAS

ALVES, Dalton José. **A filosofia no ensino médio**: ambiguidades e contradições na LDB. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ensino Médio. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf.

Acesso em: 12 jul. 2020.

CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

HORN, Geraldo B. A presença da filosofia no currículo do Ensino Médio brasileiro: uma perspectiva histórica. In GALLO, Silvio e KOHAN, Walter Omar (orgs). **Filosofia no ensino médio**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GALLO, Silvio e KOHAN, W. O. (orgs). **Filosofia no ensino médio**. Petrópolis: Vozes, 2000.

KOHAN, Walter Omar. La philosophie au Brésil au fil du temps. In: GOUCHA, Moufida (Org.). **La philosophie. Une école de la liberté**. Paris: Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture, 2007.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, J. **Compreender Hans Jonas**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

[1] O Clássico direcionava-se ao estudo das Letras, Direito, Sociologia e áreas afins. E o Científico dirigia-se ao estudo de Engenharia, Medicina, Física, Biologia, etc.